

POLÍTICA: DECLARAÇÃO DE PRIVACIDADE DO CANDIDATO E COLABORADOR

Última atualização: 15 de março de 2026

Bem-vindo! Esta Declaração de Privacidade («Declaração») descreve como é que a Convergent, incluindo as suas subsidiárias e afiliadas, recolhe, utiliza, retém e divulga Dados Pessoais (definidos abaixo) de Colaboradores ou candidatos a emprego. Para as finalidades desta Declaração, «Empresa» ou «nós» significa a entidade Convergent relevante que o emprega ou à qual se está a candidatar. «Colaborador» significa:

- Colaboradores (funcionários) antigos e atuais da Empresa;
- Consultores, prestadores de serviços independentes e agentes da Empresa, antigos e atuais;
- Candidatos a emprego, candidatos e referências;
- Colaboradores temporários ou trabalhadores contratados;
- Aposentados; e
- Diretores e executivos anteriores e atuais da Empresa.

Esta declaração não se aplica a:

- Dados recolhidos pela Empresa de pessoas que não são Colaboradores, ou dados recolhidos de Colaboradores num contexto não relacionado com o emprego. Nestas situações, consulte a nossa Política de Privacidade de terceiros, disponível em <https://www.convergent.com/privacy/>.

A Convergent é um grupo global de entidades e, como tal, esta política inclui determinados conteúdos específicos de cada jurisdição.

- O Anexo 1 contém [informações adicionais específicas para os Colaboradores na Califórnia](#), incluindo a nossa Declaração sobre Recolha de Dados.
- O Anexo 2 contém [informações adicionais específicas para os Colaboradores no Canadá](#).
- O Anexo 3 contém [informações adicionais específicas para Colaboradores no Reino Unido, União Europeia e Suíça](#).
- O Anexo 4 contém [informações adicionais específicas para os Colaboradores na Ásia](#).
- O Anexo 5 contém [informações adicionais específicas para os Colaboradores da Oceânia](#).
- O Anexo 6 contém [informações adicionais específicas para os Colaboradores da América Latina \(Argentina, Chile, Colômbia, México e Brasil\)](#).
- O Anexo 7 contém [informações adicionais específicas para os Colaboradores no Médio Oriente](#).

Os residentes de outras regiões podem entrar em contacto através do e-mail

dataprotectionofficer@convergent.com para esclarecer quaisquer dúvidas sobre como tratamos os Dados Pessoais.

1. COMO RECOLHEMOS DADOS PESSOAIS, QUE DADOS PESSOAIS TRATAMOS E COMO UTILIZAMOS OS DADOS PESSOAIS

Como recolhemos Dados Pessoais

«Dados pessoais» significa qualquer informação que identifique, se relacione com, descreva ou possa ser razoavelmente associada, direta ou indiretamente, a um indivíduo identificado ou identificável, ou que seja definida como dados pessoais, informações pessoais ou termo semelhante ao abrigo das leis de privacidade ou proteção de dados aplicáveis. A Empresa recolhe



algumas categorias de Dados Pessoais diretamente dos seus Colaboradores (por exemplo, a sua candidatura a um emprego, informações de contacto e histórico profissional) e cria outras categorias de Dados Pessoais (por exemplo, avaliações de desempenho e registos de faltas). Também podemos recolher Dados Pessoais de terceiros, tais como agências de recrutamento ou aqueles que o indicam para vagas, ou plataformas de redes sociais, sítios Web de emprego ou sítios Web semelhantes nos quais colocou as suas informações (como, por exemplo, o LinkedIn). Em alguns casos, os Dados Pessoais que recolhemos foram inferidos com base noutras informações que nos forneceu, através das suas interações connosco ou de terceiros.

Certas informações são necessárias para permitir que a Empresa processe a sua candidatura a um emprego e/ou celebre e administre um contrato de trabalho consigo, e tem obrigações ao abrigo do seu contrato de trabalho que exigem o tratamento de determinados Dados Pessoais. Se não fornecer as informações necessárias, isso poderá prejudicar a capacidade da Empresa de administrar os direitos e obrigações essenciais à nossa relação de trabalho consigo. Também pode ter que fornecer à Empresa Dados Pessoais para exercer seus direitos legais, como direitos de licença previstos na lei. A não disponibilização desses Dados Pessoais pode significar que não poderá exercer os seus direitos previstos na lei.

Que Dados Pessoais tratamos

As categorias de Dados Pessoais dos Colaboradores que a Empresa trata são:

- Dados pessoais e informações de contacto, tais como nome, e-mail e detalhes de telefone, endereço, data de nascimento, números de seguros, números de identificação (incluindo números emitidos pelo governo, como o número da segurança social), sexo, estado civil, dependentes, informações de contacto de emergência e fotografias;
- Identificadores, tais como identificadores online (por exemplo, cookies e endereços IP), informações de crachás e fotografias ou digitalizações de impressões digitais para identificação, verificação, números de identificação de funcionários ou finalidades de segurança e controlo de acesso.
- Tratamento de folha de pagamento e dados de remuneração, tais como informações sobre dados bancários, salário, bónus, benefícios, concessões de ações e outras recompensas, e impostos
- Direito ao trabalho e dados sobre imigração, tais como cidadania, passaporte, bilhete de identidade e detalhes de residência ou autorização de trabalho;
- Dados relativos a talentos, recrutamento e candidaturas, tais como informações sobre ou contidas em candidaturas, currículos, cartas de recomendação, verificações de antecedentes, referências, histórico académico, qualificações profissionais, competências, idiomas falados, avaliações de desempenho, planos de desenvolvimento e preferências de trabalho;
- Trabalho e histórico profissional, tais como descrições de cargos atuais e anteriores, cargos, salários, departamentos, locais, supervisores, subordinados diretos e indiretos, histórico de desempenho, situação e tipo de emprego, condições de emprego, datas de contratação e rescisão, informações sobre aposentação, promoções e registos disciplinares;
- Dados relativos ao horário de trabalho, tais como registos de tempo de trabalho, incluindo férias, baixas por doença, outros registos de ausências, estado das licenças, horas trabalhadas, horas extraordinárias e trabalho por turnos;
- Dados sobre acidentes, saúde e médicos, relacionados com saúde e segurança, benefícios e administração de indemnizações por acidentes de trabalho
- Dados relativos à administração de benefícios, tais como dados pessoais necessários



para administrar os seus benefícios, incluindo saúde, aposentação, seguros e outros benefícios que possamos oferecer aos Colaboradores ocasionalmente;

- Informações de viagem, tais como reservas de viagem, itinerários, números emitidos pelo governo e preferências de viagem; e
- Inferências extraídas de outros Dados Pessoais, tais como inferências sobre o desempenho de uma pessoa no trabalho.
- Outros Dados Pessoais Sensíveis, conforme descrito mais detalhadamente nesta Política, incluindo na secção «Dados Pessoais Sensíveis».
- Outras informações que fornecer durante a candidatura, integração ou emprego.

Em certas jurisdições, podemos obter Dados Pessoais através de dispositivos e veículos pertencentes à Empresa, ou através dos seus dispositivos ou veículos pessoais que utiliza para finalidades profissionais. Nem todas essas atividades são realizadas em todas as regiões, incluindo onde são proibidas pela legislação, e obtemos o seu consentimento antes de recolher esses dados quando o consentimento é legalmente exigido. Pode contactar dataprotectionofficer@convergint.com para obter informações sobre as práticas específicas na sua região.

- Os dispositivos de localização por GPS podem ser utilizados em veículos geridos pela Empresa para finalidade de controlo do tempo dos funcionários, manutenção dos veículos, expedição e agendamento, promoção de hábitos de condução seguros, auditoria, redução de fraudes, controlo dos custos com combustível e análise de métricas relacionadas com o negócio. Quando utilizados, os dispositivos de rastreamento por GPS podem fornecer à Empresa informações como localização do veículo, rotas e velocidade de viagem, utilização fora do horário de trabalho, tempo de inatividade, adulteração de sensores, informações de telemetria, horários de partida e chegada dos veículos, e horários de chegada e partida.
- Os veículos fornecidos pela empresa também podem estar equipados com um sistema de gravação com câmaras (também conhecido como «DashCams»). São utilizados para promover a segurança e proteção, proteger a propriedade da Empresa e prevenir condutas fraudulentas ou ilícitas. As DashCams podem recolher informações como o registo do veículo, imagens de vídeo da dashcam, dados de sensores recolhidos pelas DashCams relacionados com o funcionamento do veículo e interações dos Colaboradores com o sistema DashCam.
- O rastreamento por GPS do seu dispositivo móvel pode ser utilizado para apoiar programas de reembolso de quilometragem de veículos para a utilização comercial de veículos pessoais. Os dados recolhidos limitam-se ao que é relevante para os cálculos de reembolso de quilometragem do veículo. Também pode ter a opção de relatar manualmente as informações de reembolso do veículo.
- Algumas instalações da Empresa realizam monitorização por câmaras de vídeo do local de trabalho para finalidades de segurança e proteção.
- As chamadas telefónicas podem ser monitorizadas durante a interação com funcionários da empresa, clientes ou outros parceiros comerciais, ou membros do público, incluindo para finalidades de atendimento ao cliente, formação, auditoria e manutenção de registos.
- As reuniões podem ser gravadas ou transcritas para finalidades de produtividade e manutenção de registos, incluindo para revisão posterior por outros Colaboradores e para a criação automática de resumos ou notas da reunião.
- Ao utilizar computadores portáteis, tablets, telemóveis ou redes e servidores da Empresa (coletivamente, «Dispositivos») para finalidades relacionadas com a Empresa, a Empresa pode aceder ao conteúdo dos Dispositivos e monitorizar a atividade dos Dispositivos de acordo com as políticas da Empresa, incluindo, sem limitação, ficheiros, e-mails, chats,



mensagens (por exemplo, Slack, Teams, etc.), atividade de utilização e histórico de navegação.

As suas conversas telefónicas, e-mails, mensagens de chat ou utilização da Internet por qualquer dispositivo ou sistema eletrónico utilizado para finalidades profissionais ou ligado a sistemas ou redes profissionais, incluindo, entre outros, computadores, telefones ou dispositivos móveis, podem ser sujeitos a monitorização ou revisão por quaisquer meios legais, em conformidade com as políticas da Empresa.

Como tratamos os Dados Pessoais

Podemos utilizar os Dados Pessoais dos Colaboradores para as seguintes finalidades:

- **Recrutamento**: Receber candidatos e candidaturas; avaliar a adequação às funções; e comunicar com os candidatos sobre as candidaturas e oportunidades. Podemos comunicar com os candidatos através dos canais correspondentes às informações fornecidas pelos candidatos — *por exemplo*, por e-mail, telefone ou SMS/mensagens de texto. Quando determinados tipos de comunicação exigirem consentimento estatutário, obteremos esse consentimento.
- **Avaliação dos candidatos**: realização de entrevistas, seleções, avaliações e verificações de antecedentes, incluindo a utilização de tecnologias automatizadas e de aprendizagem automática (como tecnologia com inteligência artificial) para analisar os dados pessoais dos candidatos e aumentar a eficiência e a eficácia da revisão e análise de recursos humanos. Não tomamos decisões com efeitos legais ou similares significativos com base apenas na automação.
- **Integração dos candidatos**: confirmação do estatuto jurídico e do direito ao trabalho, implementação da folha de pagamento e impostos.
- **Gestão da força de trabalho**: gestão das atividades de trabalho e do pessoal, incluindo gestão e alocação dos ativos da empresa, análise e planeamento da força de trabalho, atividades e operações de recursos humanos, planeamento e gestão empresarial e estratégica, auditoria e relatórios, gestão financeira e relatórios, condução de negócios com clientes, fornecedores ou outros associados, avaliações e avaliações de desempenho, promoções e planeamento de sucessão, administração de salários, bónus, concessões de ações e benefícios, formação, manutenção de diretórios de Colaboradores, questões disciplinares e rescisões, organização de viagens, fornecimento de segurança adequada e outras funções administrativas para ajudar os Colaboradores a cumprir as suas expetativas profissionais.
- **TI**: fornecer equipamentos e serviços de TI adequados, operar, gerir e proteger os sistemas de TI e comunicações da Empresa
- **Comunicações e emergências**: facilitar a comunicação com e entre os Colaboradores, fornecer referências, proteger a saúde e a segurança dos Colaboradores e de outras pessoas, facilitar a comunicação para promover o bem-estar dos Colaboradores ou clientes, inclusive durante uma emergência.
- **Cumprimento de obrigações estatutárias**: cumprir as nossas obrigações regulamentares, ordens judiciais, intimações e pedidos semelhantes, realizar verificações de antecedentes conforme exigido pela legislação aplicável, realizar verificações em relação a listas de exclusão e sanções, conforme exigido pelas legislação aplicável.
- **Conformidade**: tratar e gerir reclamações, inquéritos e queixas, tratar reclamações relacionadas com o trabalho, tais como pedidos de indemnização por acidentes de trabalho, cumprir requisitos estatutários, regulamentares e outros, tais como saúde e segurança, retenções de imposto sobre o rendimento e seguro nacional, obrigações de



manutenção de registos e declaração, realizar auditorias, cumprir inspeções governamentais e outros pedidos do governo ou de outras autoridades públicas ou reguladoras, cumprir políticas e procedimentos internos, defender ou intentar ações judiciais, responder a processos judiciais e exercer direitos e recursos estatutários.

- Segurança e proteção: proteger a segurança e a proteção de indivíduos, incluindo Colaboradores, clientes e o público em geral, bem como a segurança das propriedades e ativos da Empresa, incluindo ativos físicos e informações confidenciais.
- Outros: Para realizar outras finalidades como parte das nossas atividades comerciais, quando razoavelmente necessário por nós.

Dados Pessoais Sensíveis

Em algumas jurisdições, quando permitido pela legislação e com o seu consentimento, quando exigido pela legislação aplicável, a Empresa pode tratar certas categorias de Dados Pessoais que podem ser considerados sensíveis em determinadas jurisdições («Dados Pessoais Sensíveis»), incluindo:

- Números de identificação emitidos pelo governo, tais como números de segurança social, cartas de condução, cartões de identificação estaduais e detalhes do passaporte.
- Informações precisas de geolocalização para rastrear a localização de veículos ou dispositivos.
- Conteúdo das comunicações, incluindo e-mails, mensagens de texto e chats transmitidos através de dispositivos utilizados para finalidades de trabalho, dispositivos ligados a sistemas ou redes de trabalho ou contas geridas pela empresa, bem como quaisquer outras contas às quais possamos ter acesso estatutário. As comunicações pessoais e não relacionadas com os negócios da Empresa podem ser acidentalmente acedidas como complementares ou incidentais a uma revisão focada em assuntos da Empresa.
- Dados sobre acidentes, saúde e médicos, cidadania ou estatuto de imigração, dados raciais e/ou étnicos, orientação sexual e identidade de género para cumprir obrigações no âmbito do emprego, administração de benefícios, seguros, segurança social, para facilitar acomodações, para avaliação de inclusão e diversidade e administração de programas, e para o estabelecimento ou defesa de ações judiciais.
- Dados biométricos, tais como impressões digitais ou reconhecimento facial para finalidades de verificação, segurança e controlo de acesso

Dados Pessoais sobre familiares ou outras relações pessoais

Se um Colaborador fornecer à Empresa Dados Pessoais (incluindo Dados Pessoais Sensíveis) sobre beneficiários, parceiros domésticos, familiares ou contactos de emergência (coletivamente, «Contactos do Colaborador»), é responsabilidade desse Colaborador fornecer a essas pessoas uma cópia desta declaração para as informar sobre os seus direitos. Trataremos os Dados Pessoais de um Contacto do Colaborador apenas quando necessário para administrar benefícios ou comunicar com o Contacto do Colaborador sobre o Colaborador ou conforme necessário, como no caso de uma emergência.

2. COMO ARMAZENAMOS DADOS PESSOAIS E QUEM TEM ACESSO A ELES

A Empresa mantém Dados Pessoais em várias aplicações de recursos humanos e TI, incluindo aplicações para folha de pagamento, benefícios, gestão de talentos e gestão de desempenho. A Empresa pode manter arquivos individuais em papel relativos ao pessoal. O acesso aos Dados Pessoais é restrito às pessoas que precisam desse acesso para as finalidades listadas acima ou



quando legalmente exigido, incluindo membros do Departamento de Recursos Humanos, os gestores da área de negócios do Colaborador e representantes autorizados das funções de controlo interno da Empresa, como Contabilidade, Conformidade, Jurídico e TI. O acesso também pode ser concedido, quando necessário, a outros Colaboradores da empresa, quando relevante, como por exemplo, se o Colaborador estiver a ser considerado para uma oportunidade de emprego alternativa, se um novo gestor nomeado na linha de negócios precisar de rever ficheiros ou em ligação com investigações.

3. DIVULGAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

A Empresa pode divulgar Dados Pessoais a:

- Fornecedores e prestadores de serviços que apoiam as funções de recursos humanos e conformidade jurídica, incluindo a verificação de emprego, a realização de verificações de antecedentes, a oferta de formação e o processamento de reclamações no local de trabalho;
- Fornecedores e prestadores de serviços para apoiar funções comerciais, administrativas e de gestão. Por exemplo, a Empresa pode estabelecer parcerias com terceiros para recrutamento, TI, consultoria, assessoria jurídica, assessoria profissional, auditoria, contabilidade, comunicações ou outras finalidades;
- Administradores de benefícios ou prestadores de serviços relacionados com a concessão de benefícios, incluindo aposentação, saúde, seguro de vida e outros benefícios nos termos do seu contrato de trabalho;
- Indivíduos que indicar como referências, indivíduos que o indicaram para uma vaga ou empresas às quais identificar a Convergint como referência;
- Outras subsidiárias e empresas afiliadas da Convergint;
- Outros negócios relacionados com uma fusão, venda, *joint venture*, cessão, transferência ou outra alienação de todo ou parte do nosso negócio, ativos ou ações (incluindo em relação a qualquer processo de falência ou similar);
- Autoridades policiais, de segurança ou governamentais para cumprir leis, regulamentos, ordens judiciais, intimações e solicitações semelhantes;
- Parceiros ou clientes da Convergint, como quando um parceiro ou cliente exige uma verificação de antecedentes, teste de substâncias ou outras informações para que um Colaborador realize um trabalho para esse cliente.
- Entidades ou pessoas, conforme necessário, para proteger os nossos direitos estatutários, honrar as nossas obrigações estatutárias e proteger os interesses legítimos de segurança ou proteção de Colaboradores, clientes ou comunidades.
- Entidades ou pessoas, conforme necessário, para cumprir obrigações ou solicitações estatutárias ou regulamentares, para promover a segurança ou proteção, ou de outra forma para proteger os seus direitos ou os direitos de terceiros.

4. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Dada a natureza global da Empresa, podemos (sujeito à legislação aplicável) transferir Dados Pessoais para outras entidades do grupo Convergint de entidades afiliadas localizadas em diferentes países. Esses Dados Pessoais podem ser transferidos para as finalidades acima mencionadas a destinatários localizados fora da jurisdição em que se encontra. Os destinatários podem estar localizados em países onde as leis de proteção de dados podem não oferecer um nível de proteção equivalente ao das leis da sua jurisdição local. O grupo Convergint de entidades afiliadas celebrou um acordo de transferência de dados intragrupo que contém compromissos contratuais com o objetivo de promover a proteção dos Dados Pessoais quando estes são transferidos entre as mesmas.



Quando necessário, recorreremos a mecanismos de transferência adequados, tais como decisões de adequação ou cláusulas contratuais padrão, para transferências internacionais. Avaliamos a legislação local e aplicamos medidas suplementares quando necessário.

5. PRECISÃO

Envidamos esforços razoáveis para garantir que os seus **Dados Pessoais** sejam mantidos tão precisos, completos e atualizados quanto possível. Não atualizamos regularmente os seus **Dados Pessoais**, a menos que tal atualização seja necessária. Para nos ajudar a manter e garantir que os seus **Dados Pessoais** estejam corretos e atualizados, deve informar-nos, sem demora, sobre qualquer alteração nas informações que nos fornece.

6. SEGURANÇA

A segurança das suas informações é importante para nós. A Empresa mantém medidas administrativas, técnicas e organizacionais adequadas para proteger contra o tratamento não autorizado ou ilegal de Dados Pessoais e/ou contra perda acidental, alteração, divulgação ou acesso, ou destruição acidental ou ilegal ou danos aos Dados Pessoais. Estas medidas têm como objetivo promover a integridade e a confidencialidade contínuas dos Dados Pessoais. A Empresa avalia essas medidas regularmente para promover a segurança do tratamento.

7. RETENÇÃO DE DADOS

A Empresa reterá os Dados Pessoais de acordo com os requisitos legais aplicáveis e apenas durante o tempo necessário para as finalidades descritas acima ou durante o tempo legalmente exigido ou para defender potenciais ações judiciais. A Empresa reterá os Dados Pessoais de acordo com quaisquer políticas de retenção de dados aplicáveis, atualizadas periodicamente, ou conforme exigido ou permitido pela legislação aplicável. Quando apropriado, a Convergint poderá desidentificar ou tornar anónimos esses Dados Pessoais.

8. CANCELAR RECEÇÃO DE MENSAGENS DE TEXTO (CANDIDATOS DOS EUA)

Poderá ter a oportunidade de receber mensagens de texto da Convergint ou em nome da Convergint de tempos em tempos. Os requerentes dos EUA que não desejarem continuar a receber mensagens de texto da Convergint ou em nome da Convergint podem enviar uma mensagem de texto com o código curto aplicável ou responder diretamente a qualquer mensagem recebida da Convergint ou em nome da Convergint com o código curto apropriado (por exemplo, STOP, QUIT, END, REVOKE, OPT OUT, CANCEL ou UNSUBSCRIBE) para cancelar o recebimento de mensagens de texto futuras. Poderá receber uma mensagem adicional no telemóvel a confirmar a sua decisão de cancelar a receção.

9. INFORMAÇÕES DE CONTACTO

Para quaisquer questões relacionadas com esta Declaração ou para exercer os direitos de privacidade aplicáveis, contacte o Responsável pela Proteção de Dados da Convergint através do endereço dataprotectionofficer@convergint.com, envie o seu pedido de privacidade de dados através do formulário web em <https://www.convergint.com/about/contact-us/>, especificando Pedido de Privacidade – A/C: Jurídico» no corpo do pedido ou envie o seu pedido de privacidade de dados através do número gratuito 1-877-641-8181.

10. ATUALIZAÇÕES DE DECLARAÇÕES

Pode solicitar uma cópia desta Declaração através dos dados de contacto acima indicados. Esta Declaração pode ser revista periodicamente, a nosso exclusivo critério, e quaisquer alterações entrarão em vigor assim que a Declaração revista for atualizada nos Manuais do Colaborador aplicáveis e na intranet da Empresa. De vez em quando, poderá receber mensagens de texto da Convergent ou em nome da Convergent.

ANEXO I — DIREITOS DE PRIVACIDADE NA CALIFÓRNIA

As informações contidas neste anexo aplicam-se se for um Colaborador na Califórnia. Em caso de inconsistência entre os termos deste Anexo e os termos da política principal, prevalecerão os termos deste Anexo. Como residente na Califórnia, pode fazer os seguintes pedidos em relação aos seus Dados Pessoais, de acordo com a legislação aplicável:

- **Acesso** – As informações sobre as categorias de Dados Pessoais; as categorias de fontes desses Dados Pessoais; as finalidades comerciais ou empresariais para as quais recolhemos Dados Pessoais; e os terceiros a quem divulgamos Dados Pessoais são divulgadas nas Secções 1 e 3 desta Notificação. Pode solicitar que lhe divulguemos, num formato portátil, as categorias de Dados Pessoais recolhidos sobre si, as categorias de fontes das quais os Dados Pessoais são recolhidos, as categorias de Dados Pessoais vendidos ou divulgados, a finalidade comercial ou empresarial para a recolha dos Dados Pessoais, as categorias de terceiros a quem divulgamos os Dados Pessoais e os Dados Pessoais específicos recolhidos sobre si ao longo dos últimos 12 meses, pelo menos.
- **Apagamento** – Pode solicitar que apaguemos os seus Dados Pessoais que mantemos sobre si, sujeito a certas exceções. Iremos apagar ou tornar anónimos os Dados Pessoais que não estejam sujeitos a uma exceção legal dos nossos registos. Note que existem várias exceções previstas na lei, segundo as quais não somos obrigados ou podemos não ser capazes de apagar os seus Dados Pessoais.
- **Retificação** – Pode solicitar que retifiquemos os seus Dados Pessoais, por exemplo, quando as informações estiverem incorretas, incompletas ou desatualizadas.
- **Limitar a utilização/divulgação de dados pessoais sensíveis** – Pode solicitar que limitemos a utilização ou divulgação dos seus Dados Pessoais Sensíveis para finalidades incompatíveis com a finalidade divulgada para a qual os Dados Pessoais Sensíveis foram recolhidos, sujeito a certas exceções. Utilizamos Dados Pessoais Sensíveis apenas na medida do necessário para prestar os serviços para os quais foram recolhidos, conforme descrito acima.
- **Direito de exclusão da venda ou partilha** – Não vendemos nem partilhamos os seus Dados Pessoais, conforme esses termos são definidos pela lei da Califórnia. Não vendemos nem partilhamos quaisquer Dados Pessoais com terceiros nos últimos 12 meses. Para efeitos desta Secção, «vender» significa a venda, aluguer, divulgação, disponibilização, transferência ou outra comunicação oral, escrita ou eletrónica dos seus Dados Pessoais a terceiros por contrapartida monetária ou outra contrapartida valiosa e «partilhar» significa a divulgação de Dados Pessoais a terceiros para finalidades de publicidade comportamental em contextos cruzados, cada um sujeito a determinadas exceções na legislação aplicável.

Para exercer os direitos acima, envie um pedido utilizando os métodos de contacto fornecidos abaixo. Dependendo do seu pedido, poderemos solicitar determinadas informações para verificar a sua identidade e residência. As etapas de verificação variam dependendo da sensibilidade dos Dados Pessoais.



Podemos recusar certos pedidos ou satisfazer um pedido apenas parcialmente, com base nos nossos direitos e obrigações estatutárias. Por exemplo, podemos reter Dados Pessoais conforme permitido pela legislação, como para finalidades fiscais, subsídios de desemprego ou outras finalidades de manutenção de registos, para administrar benefícios ou como parte de um processo judicial em andamento. A Empresa não discriminará os Colaboradores, nem estes sofrerão qualquer forma de retaliação, pelo exercício dos seus direitos ao abrigo desta Secção.

Os residentes da Califórnia podem designar um agente autorizado para fazer um pedido em seu nome. Ao enviar o pedido, certifique-se de que o agente autorizado é identificado como tal e que possui as informações necessárias para concluir o processo de verificação. Dependendo da sensibilidade dos Dados Pessoais em questão, ao utilizar um agente autorizado, poderemos ter de verificar a autenticidade do pedido diretamente consigo.

ANEXO II: DIREITOS DE PRIVACIDADE NO CANADÁ

As informações contidas neste anexo aplicam-se se for um Colaborador no Canadá. Em caso de inconsistência entre os termos deste Anexo e os termos da política principal, prevalecerão os termos deste Anexo. Dependendo da província canadiana em que reside, poderá ter os seguintes direitos no que diz respeito à utilização dos seus Dados Pessoais:

- **Acesso e mobilidade** – Pode ter o direito de solicitar se mantemos Dados Pessoais sobre si e de solicitar uma cópia dessas informações. Para isso, entre em contacto connosco através do e-mail dataprotectionofficer@convergint.com. Existem exceções a este direito, pelo que o acesso pode ser negado se, por exemplo, disponibilizar as informações revelar Dados Pessoais sobre outra pessoa ou se formos legalmente impedidos de divulgar tais informações. Poderá também ter o direito de solicitar que os Dados Pessoais recolhidos por meios informáticos lhe sejam transmitidos num formato técnico comum, bem como a qualquer pessoa ou entidade legalmente autorizada a recolher esses dados. Este direito não é extensível a informações que foram criadas ou inferidas a partir dos seus Dados Pessoais e não temos qualquer obrigação de comunicar essas informações se isso levantar sérias dificuldades práticas.
- **Precisão** – O nosso objetivo é manter os seus Dados Pessoais precisos, atualizados e completos. Recomendamos que entre em contacto connosco através do endereço dataprotectionofficer@convergint.com para nos informar se algum Dado Pessoal estiver incorreto ou sofrer alterações, para que possamos atualizar os seus Dados Pessoais.
- **Retirar o consentimento** – Se tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus Dados Pessoais, poderá ter o direito de retirar total ou parcialmente o seu consentimento. Para retirar o seu consentimento, entre em contacto connosco através do e-mail dataprotectionofficer@convergint.com. Assim que recebermos a notificação de que retirou o seu consentimento, deixaremos de tratar as suas informações para as finalidades para as quais originalmente consentiu, a menos que exista outro fundamento legal para o tratamento.
- **Cessaçã o da divulgação e desindexaçã o** – Poderá ter o direito de solicitar que cessemos a divulgação dos seus Dados Pessoais e/ou desindexemos qualquer hiperligaçã o associada ao seu nome, caso tais açõ es sejam contrárias à legislação ou a uma ordem judicial, ou quando as seguintes condições forem cumpridas:
 - a divulgação da informação causa-lhe danos graves em relação ao seu direito de ter a sua reputaçã o ou privacidade respeitadas;
 - os danos são claramente superiores ao interesse público em conhecer a informação ou ao interesse do direito de qualquer pessoa se expressar livremente; e
 - a cessaçã o da divulgação solicitada não excede o necessário para impedir a perpetuaçã o dos danos.



- **Reindexação** – Pode ter o direito de solicitar que reindexemos uma ligação que fornece acesso a informações, desde que as seguintes condições sejam cumpridas:
 - a não realização dessa ação causa a si um dano grave em relação ao seu direito de ter a sua reputação ou privacidade respeitadas;
 - o dano causado pela não reindexação é maior do que o interesse público em conhecer as informações ou o interesse do direito de qualquer pessoa de se expressar livremente; e
 - a reindexação solicitada não excede o necessário para impedir a perpetuação dos danos.
- **Reclamações** – Se acredita que os seus direitos de proteção de Dados Pessoais podem ter sido violados, tem o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade supervisora competente ou de procurar uma solução através dos tribunais.

Pode solicitar informações sobre os seus Dados Pessoais entrando em contacto connosco através do endereço dataprotectionofficer@convergint.com. Geralmente, responderemos a todos os pedidos de acesso no prazo de 30 dias após a receção de todas as informações necessárias. Nos casos em que não for possível conceder acesso ou for necessário tempo adicional para processar um pedido, informá-lo-emos por escrito. Não podemos divulgar certos tipos de informações com base nas isenções especificadas na legislação aplicável. Sempre que possível, separaremos as informações que não serão divulgadas e forneceremos acesso às informações restantes. Caso não possamos conceder-lhe acesso aos seus Dados Pessoais ou não possamos divulgá-los, forneceremos uma explicação para tal, sujeita a determinadas restrições. Em determinados casos, como quando o pedido for excessivo ou infundado, poderemos cobrar uma taxa administrativa pelo acesso aos seus Dados Pessoais. Também podemos cobrar por cópias adicionais. Iremos informá-lo sobre quaisquer taxas antes de prosseguir com um pedido.

ANEXO III: DIREITOS DE PRIVACIDADE EUROPEUS

As informações contidas neste anexo aplicam-se se for um Colaborador no Reino Unido, no Espaço Económico Europeu ou na Suíça. Em caso de inconsistência entre os termos deste Anexo e os termos da política principal, prevalecerão os termos deste Anexo.

1. FUNDAMENTO JURÍDICO

De acordo com determinadas leis de privacidade, incluindo o RGPD, devemos ter um fundamento jurídico para o tratamento dos seus Dados Pessoais. Conforme descrito acima, a Empresa utiliza os seus Dados Pessoais com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

- **Finalidades comerciais legítimas:** quando temos um interesse comercial legítimo em tratar os seus Dados Pessoais, desde que os seus interesses e direitos fundamentais não se sobreponham a esses interesses.
- **Contratuais:** tratamos os seus Dados Pessoais principalmente para cumprir contratos, incluindo folha de pagamento, integração e avaliações de desempenho.
- **Obrigações estatutárias:** existe uma obrigação estatutária e/ou regulamentar de tratar os seus Dados Pessoais e temos de cumprir essa obrigação.
- **Consentimento:** em circunstâncias limitadas, podemos solicitar o seu consentimento para tratarmos os seus Dados Pessoais e, quando tal consentimento for fornecido, terá o direito de o retirar a qualquer momento. Ser-lhe-ão fornecidas informações adicionais sobre o tratamento a que isto se refere quando solicitarmos o seu consentimento.



Não tomamos decisões com efeitos legais ou similares significativos com base apenas na automação.

Conforme explicado noutra parte desta Notificação, os dados sensíveis estão sujeitos a requisitos mais restritivos. Podemos tratar dados sensíveis nas seguintes circunstâncias:

- Em circunstâncias limitadas, com o seu consentimento explícito por escrito.
- Quando precisamos de cumprir as nossas obrigações estatutárias ou exercer direitos em matéria de emprego, por exemplo, no que diz respeito a Colaboradores com deficiência.
- Quando for necessário no interesse público, como para monitorização da igualdade de oportunidades ou em relação ao nosso regime de pensões profissionais.
- Quando for necessário o proteger a si ou outra pessoa contra danos.
- Quando for necessário em relação a reclamações legais ou quando for necessário para proteger os seus interesses (ou os interesses de outra pessoa) e não for capaz de dar o seu consentimento, ou quando já tiver tornado a informação pública.

2. DIREITOS

Tem certos direitos ao abrigo da legislação europeia em matéria de privacidade. Esses direitos estão descritos abaixo. Tenha em atenção, no entanto, que esses direitos não são absolutos e têm limites, e alguns podem não estar disponíveis para si em relação a todos os Dados Pessoais.

- **Informação** – Tem o direito de receber informações claras, transparentes e facilmente compreensíveis sobre como utilizamos as suas informações e os seus direitos. É por isso que estamos a fornecer-lhe as informações contidas nesta Declaração.
- **Acesso** – Tem o direito de obter acesso às suas informações (se as estivermos a tratar) e a determinadas outras informações (semelhantes às fornecidas nesta Declaração). Isto para que esteja informado e possa verificar que utilizamos as suas informações em conformidade com a lei de proteção de dados.
- **Apagamento** – Isto também é conhecido como «direito ao esquecimento» e, em termos simples, permite que solicite o apagamento ou remoção dos seus Dados Pessoais quando não houver motivos convincentes para continuarmos a utilizá-los. Este não é um direito geral ao apagamento; existem exceções.
- **Retificação** – Tem o direito de retificar as suas informações caso estejam incorretas ou incompletas.
- **Consentimento** – Se tiver dado o seu consentimento para qualquer atividade de tratamento, tem o direito de retirar esse consentimento. Conforme explicado na secção 3 acima, no entanto, geralmente não nos baseamos no consentimento como fundamento jurídico para o tratamento.
- **Restrição** – Tem o direito de restringir algum tratamento dos seus Dados Pessoais, o que significa que pode solicitar-nos que limitemos o que fazemos com eles.
- **Oposição** – Tem o direito de se opor a determinados tipos de tratamento, incluindo o tratamento baseado nos nossos interesses legítimos em alguns casos.
- **Portabilidade** – Tem o direito de obter e reutilizar os seus Dados Pessoais para as suas próprias finalidades em diferentes serviços.
- **Reclamações** – Pode apresentar uma reclamação à sua autoridade supervisora local, conforme detalhado abaixo. Se for um Colaborador sediado no Reino Unido, tem direitos adicionais ao abrigo da legislação local para nos enviar uma reclamação diretamente através do endereço de e-mail abaixo.

Para fazer este pedido ou apresentar uma objeção, envie um e-mail para dataprotectionofficer@convergint.com.



Também pode ter direito a apresentar uma reclamação junto da autoridade competente em matéria de proteção de dados. Os nomes e detalhes de contacto das Autoridades de Proteção de Dados na União Europeia podem ser encontrados em http://ec.europa.eu/justice/article-29/structure/data-protection-authorities/index_en.htm. A Autoridade de Proteção de Dados do Reino Unido é o Gabinete do Comissário de Informação, e os seus dados de contacto podem ser encontrados em <https://ico.org.uk/global/contact-us/>. A autoridade suíça é a FDPIC e os seus dados de contacto podem ser encontrados em <https://www.edoeb.admin.ch/edoeb/en/home.html>.

ANEXO IV: DIREITOS DE PRIVACIDADE NA ÁSIA

Se estiver fora da China e da Índia, entre em contacto através do e-mail dataprotectionofficer@convergint.com para obter informações sobre os direitos de privacidade que podem estar disponíveis para si.

Para residentes na China e na Índia, esta secção fornece informações sobre o fundamento jurídico pelo qual tratamos os seus Dados Pessoais, os seus direitos de privacidade, Dados Pessoais Sensíveis e Transferências Transfronteiriças de Dados ao abrigo da legislação aplicável, incluindo a Lei de Proteção de Dados Pessoais da RPC («PIPL»), a Lei Indiana de Proteção de Dados Pessoais Digitais de 2023 («DPDP») e as regras e regulamentos emitidos ao abrigo da mesma. Em caso de inconsistência entre os termos deste Anexo e o restante da Notificação, prevalecerão os termos deste Anexo.

1. FUNDAMENTO JURÍDICO

China	Índia
<p>Recolhemos e utilizamos os seus Dados Pessoais apenas quando necessário para as finalidades mencionadas acima nesta Declaração. Dependendo das circunstâncias, podemos basear-nos num ou mais destes fundamentos jurídicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O seu consentimento – quando obtemos o seu consentimento. • Gestão de recursos humanos – quando necessário para a implementação da gestão de recursos humanos, de acordo com esta política e outros manuais de emprego. • Obrigações estatutárias – quando necessário para o cumprimento de deveres ou obrigações estatutárias. • Emergência – quando for necessário para responder a uma emergência de saúde pública ou para proteger a vida, a saúde e a segurança patrimonial numa situação de emergência. • Dados pessoais divulgados por si – quando divulgou os seus Dados Pessoais ou os seus Dados Pessoais foram divulgados ao público. 	<p>Tratamos os seus Dados Pessoais apenas de acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis e para finalidades estatutárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • para as quais deu o seu consentimento; ou • para determinadas utilizações legítimas, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> – para as finalidades especificadas para as quais nos forneceu voluntariamente os seus Dados Pessoais e em relação às quais não nos indicou que não concorda com a utilização dos seus Dados Pessoais; – para finalidades de emprego ou relacionados à nossa proteção contra perdas ou responsabilidades, tais como prevenção de espionagem corporativa, manutenção da confidencialidade de segredos comerciais, propriedade intelectual, informações confidenciais ou prestação de qualquer serviço ou benefício solicitado pelo funcionário; ou



• Outros previstos pela PIPL e pela legislação e regulamentos chineses aplicáveis.	– para cumprir uma obrigação legal ou regulamentar.
--	---

2. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Podemos tratar os seus Dados Pessoais Sensíveis listados acima. Quando exigido pela legislação e regulamentos aplicáveis, obteremos o seu consentimento separado. Para maior clareza, algumas leis (como a Lei DPDP) não regulamentam os Dados Pessoais Sensíveis como uma categoria legal separada.

3. TRANSFERÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA DE DADOS

Para realizar a gestão global das operações de recursos humanos, projetos globais e administração de negócios, o grupo de entidades afiliadas da Convergint utiliza sistemas de TI unificados ou interligados para tratar os seus Dados Pessoais. Portanto, é necessário que a Empresa transfira os seus Dados Pessoais para fora da China ou Índia para o grupo de entidades afiliadas da Convergint localizadas noutros locais. Implementaremos mecanismos adequados para a transferência transfronteiriça de dados e conduziremos os procedimentos relevantes quando exigido pela legislação e regulamentos aplicáveis. Manteremos o cliente informado sobre as informações relevantes relativas à transferência transfronteiriça de dados e obteremos o seu consentimento separado, se exigido pela legislação e regulamentos aplicáveis.

4. DIREITOS

China	Índia
<p>Tem certos direitos ao abrigo da Lei de Proteção de Dados Pessoais da China («PIPL») e outra legislação e regulamentos chineses aplicáveis. Esses direitos estão descritos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito à informação – Tem o direito de saber e tomar decisões sobre o tratamento dos seus Dados Pessoais. • Direito de recusa – Tem o direito de restringir ou recusar que terceiros tratem os seus Dados Pessoais. • Direito de acesso – Tem o direito de consultar ou copiar os seus Dados Pessoais. • Direito de transferência – Tem o direito de nos solicitar a transferência dos seus Dados Pessoais para outras partes designadas por si, na medida do permitido pela legislação e regulamentos aplicáveis. • Direito de retificação – Tem o direito de nos solicitar retificações ou complementos, caso considere que os seus Dados Pessoais estão incorretos ou incompletos. 	<p>Tem certos direitos ao abrigo da Lei de Proteção de Dados Pessoais Digitais («Lei DPDP») e outra legislação e regulamentos indianos aplicáveis. Esses direitos estão descritos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito de acesso a informações sobre Dados Pessoais – Na medida do permitido pela legislação e regulamentos aplicáveis, tem o direito de nos solicitar um resumo dos Dados Pessoais que tratamos, as identidades de outros administradores de dados e encarregados pelo tratamento de dados com quem partilhámos os seus Dados Pessoais e uma descrição dos seus Dados Pessoais partilhados, bem como quaisquer outras informações relacionadas com os seus Dados Pessoais, desde que tenha dado o seu consentimento para que tratemos tais Dados Pessoais. • Direito à retificação e apagamento de Dados Pessoais – Tem o direito de Retificar, completar, atualizar e apagar os seus Dados



<ul style="list-style-type: none"> • Direito ao apagamento – Tem o direito de apagar os seus Dados Pessoais que nos forneceu, mas quando o período de retenção prescrito pela legislação e regulamentos aplicáveis não tiver expirado, ou for tecnicamente difícil apagar os Dados Pessoais, cessaremos o tratamento dos Dados Pessoais, exceto o armazenamento e quaisquer medidas necessárias tomadas para proteção de segurança. • Direito à explicação – Tem o direito de nos solicitar que expliquemos as nossas regras para o tratamento de Dados Pessoais. 	<p>Pessoais para os quais tenha dado consentimento prévio.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito de retirar o consentimento – Tem o direito de retirar o consentimento para o tratamento dos seus Dados Pessoais a qualquer momento após nos ter dado o seu consentimento. • Direito à reparação de reclamações – Tem o direito de dispor de meios facilmente acessíveis para a resolução de reclamações que colocamos à sua disposição em caso de ato ou omissão da nossa parte relativamente ao cumprimento das nossas obrigações relativas aos seus Dados Pessoais ou ao exercício dos seus direitos. Se não estiver satisfeito com a nossa resposta à sua reclamação, poderá encaminhá-la para o Conselho de Proteção de Dados da Índia, de acordo com a legislação aplicável. • Direito de nomear – Tem o direito de nomear qualquer outra pessoa que, em caso de morte ou incapacidade sua, exerça os direitos do titular dos dados.
---	---

ANEXO V: OCEÂNIA

Se estiver fora da Austrália e da Nova Zelândia, entre em contacto através do e-mail dataprotectionofficer@convergint.com para obter informações sobre os direitos de privacidade que podem estar disponíveis para si.

Para residentes na Austrália e Nova Zelândia, tem o direito de solicitar acesso ou retificação dos seus Dados Pessoais mantidos pela Convergint, ou de fazer uma reclamação sobre a forma como tratamos as suas Informações Pessoais. Para solicitar acesso aos seus Dados Pessoais ou para apresentar uma reclamação, envie um e-mail para dataprotectionofficer@convergint.com fornecendo o seu nome e detalhes de contacto, e explicando o pedido ou reclamação. A Convergint envidará todos os esforços para responder no prazo de 30 dias corridos após tomar conhecimento de um pedido. A Convergint pode recusar um pedido em determinadas circunstâncias, de acordo com a legislação aplicável, incluindo se houver processos judiciais existentes ou previstos entre a Convergint e a pessoa que o solicita, ou outro terceiro identificado.

Os Dados Pessoais podem ser divulgados a entidades relacionadas com a Convergint e prestadores de serviços localizados no estrangeiro. Quando isso ocorre, a Convergint toma medidas razoáveis para garantir que os destinatários no estrangeiro tratem os Dados Pessoais de acordo com a legislação de privacidade aplicável.

Se não estiver satisfeito com a resposta da Convergint, os australianos podem apresentar uma reclamação ao Gabinete do Comissário de Informação Australiano (OAIC) ligando para 1300 363 992 ou visitando o sítio Web do OAIC em <https://www.oaic.gov.au/>. Se estiver na Nova Zelândia, entre em contacto com o Comissário de Privacidade da Nova Zelândia através do sítio Web <https://www.privacy.org.nz/your-rights/making-a-complaint-to-the-privacy-commissioner/>.



ANEXO VI: LATAM

ARGENTINA

Se for residente na Argentina, tem certos direitos ao abrigo da Lei de Proteção de Dados Pessoais n.º 25.326 («PDPL»), do seu Decreto Regulamentar n.º 1558/2001 e das regras e regulamentos complementares emitidos pela autoridade argentina de proteção de dados, conforme estabelecido abaixo. Esta secção aplica-se tanto a pessoas singulares como a pessoas coletivas cujos dados estão a ser tratados.

Responsável pelo tratamento de dados. O responsável pelo tratamento dos seus Dados Pessoais é a Seal Solucion de Integración SRL, com sede social na Argentina.

Fornecimento de Dados Pessoais. O fornecimento de Dados Pessoais é voluntário; no entanto, a não disponibilização de determinadas informações, ou o fornecimento de informações falsas ou imprecisas, pode prejudicar a nossa capacidade de administrar os direitos e obrigações essenciais à nossa relação de trabalho consigo, ou de permitir que exerça os seus previstos na lei.

Fundamento jurídico: Nos termos da PDPL, devemos ter um fundamento jurídico para o tratamento dos seus Dados Pessoais. Dependendo das circunstâncias, podemos basear-nos numa ou mais destas bases jurídicas:

- **O seu consentimento** – Quando obtemos o seu consentimento prévio, expresso e informado. Ao ler e aceitar esta Política, concorda com o tratamento dos seus Dados Pessoais de acordo com esta Política.
- **Fontes de acesso público irrestrito** – onde os seus Dados Pessoais são obtidos a partir de fontes publicamente disponíveis.
- **Obrigação estatutária** – quando necessário para cumprir os poderes governamentais aplicáveis ou em virtude de uma obrigação estatutária.
- **Dados básicos de identificação** – quando os seus Dados Pessoais consistem em listas limitadas a nome, documento de identidade, número de contribuinte ou de identificação de pensão, profissão, data de nascimento e domicílio.
- **Relação contratual** – quando os seus Dados Pessoais decorrem de uma relação contratual, científica ou profissional consigo e são necessários para o desenvolvimento ou cumprimento dessa relação.

Transferência Internacional de Dados: Quando for necessária a transferência dos seus Dados Pessoais para terceiros localizados fora da Argentina, tenha em atenção que esses países podem não oferecer níveis de proteção de dados pessoais equivalentes aos previstos na PDPL na Argentina. Ao aceitar esta Política de Privacidade, concorda expressamente com essa transferência internacional de dados, se necessário.

Direitos de Privacidade: Se for residente na Argentina, tem os seguintes direitos ao abrigo da PDPL:



- **Informação** – Tem o direito de ser informado, antes da recolha dos seus dados, sobre a finalidade do tratamento e os seus destinatários, a existência da base de dados, a identidade e o domicílio do responsável pelo tratamento dos dados, se o fornecimento das informações é obrigatório ou voluntário e as consequências do fornecimento ou recusa de fornecimento dos seus dados.
- **Acesso** - Tem o direito de obter acesso aos seus Dados Pessoais no prazo de dez (10) dias corridos a partir do seu pedido.
- **Retificação, atualização e apagamento** – Tem o direito de solicitar a retificação, atualização ou apagamento dos seus Dados Pessoais quando estas estiverem incorretos, incompletos, desatualizados ou já não forem necessários para as finalidades para as quais foram recolhidos. O responsável pelo tratamento dos dados deve proceder no prazo de cinco (5) dias úteis após a receção do pedido. O apagamento não será efetuado quando puder causar prejuízo aos direitos ou interesses legítimos de terceiros, ou quando houver uma obrigação legal de reter os dados.
- **Confidencialidade** – Tem o direito de solicitar que os seus Dados Pessoais sejam tratados como confidenciais.
- **Reclamações** – A AGÊNCIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, na sua qualidade de Autoridade de Controlo da PDPL, tem competência para tratar das reclamações e queixas apresentadas pelos titulares dos direitos lesados por violação da regulamentação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.

Para exercer os seus direitos, envie um e-mail para dataprotectionofficer@convergint.com especificando o seu pedido e fornecendo detalhes para verificar a sua identidade.

CHILE

Se for residente Chile, as seguintes informações são aplicáveis ao seu caso. A Convergint Chile Servicios de Integración SpA, RUT 76.962.871-1, legalmente representada por Andrea Gutiérrez Rojas, carteira de identidade nacional n.º 12.722.406-4, com domicílio na cidade de Santiago, Las Condes, Cerro El Plomo 5855, Escritório 307, trata os seus dados pessoais de acordo com a Lei N.º 19.628 sobre a Proteção da Vida Privada e as suas alterações introduzidas pela Lei N.º 21.719 sobre Proteção de Dados Pessoais (em conjunto, a «Lei de Proteção de Dados Pessoais» ou «LPDP»), a Constituição Política do Chile e outros regulamentos aplicáveis.

Durante o período de vacância jurídica anterior à plena entrada em vigor da Lei N.º 21.719, a Convergint aplicará as normas introduzidas pela referida lei na medida do possível, de acordo com o regime de implementação estabelecido pela regulamentação chilena.

Fundamento jurídico para o tratamento:

De acordo com a LPDP, o tratamento dos seus dados pessoais deve ser justificado com base em fundamentos jurídicos reconhecidos legalmente. Dependendo da operação de tratamento em questão, a Convergint pode invocar os seguintes fundamentos jurídicos:



- **Consentimento:** Quando tiver dado o seu consentimento livre, informado, específico e inequívoco para o tratamento dos seus Dados Pessoais para uma ou mais finalidades específicas. Quando o tratamento se basear no seu consentimento, tem o direito de revogá-lo a qualquer momento, sem afetar a legalidade do tratamento realizado antes da referida revogação (Art.º 12.º, LPDP).
- **Execução ou cumprimento de um contrato:** Quando o tratamento for necessário para a execução ou cumprimento de um contrato do qual é parte, ou para a adoção de medidas pré-contratuais a seu pedido (Art.º 13.º, alínea c), LPDP).
- **Cumprimento de uma obrigação jurídica:** Quando o tratamento for necessário para cumprir uma obrigação jurídica ou regulamentar aplicável à Convergint (Art.º 13.º, alínea b), LPDP).
- **Necessidade do tratamento para finalidades de medicina preventiva ou do trabalho, avaliação da capacidade de trabalho do requerente, diagnóstico médico, prestação de cuidados ou tratamentos de saúde ou sociais, ou gestão de sistemas e serviços de saúde ou sociais:** Para determinar a sua capacidade de trabalho e tomar uma decisão informada durante o processo de seleção, iremos tratar os seus dados de saúde. Isso inclui resultados de exames médicos e avaliações psicológicas, psicossociais ou psicométricas, conforme necessário. O tratamento desses dados pessoais é justificado para finalidades de medicina do trabalho e para avaliar a capacidade de trabalho do candidato (Art.º 16.º-A, alínea e), LPDP).
- **Para proteger a vida, a integridade física ou a saúde mental do titular dos dados ou de outra pessoa; ou quando o titular dos dados estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento:** Por exemplo, no caso de uma crise de saúde que envolva um Colaborador de tal magnitude que não seja possível obter o seu consentimento, com o objetivo de levá-lo ao centro de atendimento médico mais próximo (Art.º 16.º-A, alínea a), LPDP).
- **Interesses legítimos:** Quando o tratamento for necessário para a satisfação dos interesses legítimos da Convergint ou de terceiros, desde que isso não afete os direitos e liberdades do titular dos dados. Quando esta base for invocada, a Convergint deverá realizar a correspondente avaliação de proporcionalidade, e poderá solicitar informações a qualquer momento sobre o interesse legítimo que a justifica (Art.º 13, alínea d), LPDP). Essa base estará totalmente disponível após a entrada em vigor da Lei n.º 21.719.
- **Formulação, exercício ou defesa de direitos em tribunal:** Quando o tratamento for necessário para a formulação, exercício ou defesa de um direito perante tribunais de justiça ou órgãos públicos (Art.º 13.º, alínea e) da LPDP).

Os Dados Pessoais tratados, as fontes das quais obtemos Dados Pessoais, as nossas atividades e finalidades de tratamento de dados, transferências de dados, medidas de proteção de dados e práticas de retenção de dados são descritos na parte principal desta Política, acima.

Controlo de assiduidade e dados de geolocalização:

A Convergint pode estabelecer medidas para registar o tempo, a assiduidade e a pontualidade utilizando técnicas baseadas no tratamento de dados pessoais biométricos, de imagem e/ou de



geolocalização. Essas atividades de tratamento devem basear-se no consentimento específico do Colaborador, que terá sido previamente obtido no Contrato de Trabalho e nos seus respetivos anexos. Informaremos devidamente o trabalhador em cada caso sobre a identificação do sistema biométrico utilizado, o período durante o qual os dados pessoais tratados serão retidos e os mecanismos e procedimentos através dos quais o trabalhador poderá exercer os seus direitos.

Os dados acima mencionados podem ser comunicados ou transferidos a prestadores de serviços terceiros para o funcionamento dos sistemas de controlo de tempo, presença e pontualidade, em estrita conformidade com a LPDP.

Utilização de câmaras de segurança:

Para satisfazer as necessidades e exigências das atividades realizadas pela Convergint e/ou para garantir a segurança dos trabalhadores e dos ativos da empresa, podemos instalar câmaras de segurança nas nossas instalações. Isso será realizado em estrita conformidade com a legislação laboral em vigor.

Quaisquer dados pessoais recolhidos através da utilização desses sistemas de vigilância devem ser justificados pela necessidade do tratamento para o cumprimento das obrigações estatutárias relativas ao trabalhador, e a sua finalidade deve ser garantir a segurança dos trabalhadores, dos ativos da Convergint e das suas atividades.

No âmbito do cumprimento das suas obrigações estatutárias, a Convergint adotará as medidas técnicas e organizacionais relevantes para salvaguardar a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos. As imagens ou gravações podem ser destruídas ou completamente apagadas após um período de retenção razoável; em nenhum caso podem ser armazenadas indefinidamente, a menos que exista uma ordem judicial ou equivalente que nos obrigue a retê-las por um período mais longo, após o qual serão devidamente apagadas.

Direitos dos titulares dos dados relativos ao tratamento dos seus dados pessoais:

Se reside no Chile, tem os seguintes direitos em relação ao tratamento dos seus dados pessoais. Tenha em atenção que o exercício destes direitos está sujeito às condições e exceções estabelecidas pela LPDP:

- **Direito ao acesso:** Pode solicitar confirmação sobre se os seus dados pessoais estão a ser tratados e, em caso afirmativo, obter uma cópia desses dados e informações relativas a: as finalidades do tratamento; as categorias de destinatários a quem os dados foram ou serão comunicados ou transferidos; o período de retenção; a fonte dos dados; e, quando o processamento se basear em interesses legítimos, quais são esses interesses (Art.º 5.º, LPDP).
- **Direito à retificação:** Pode solicitar que retifiquemos os seus dados pessoais quando estiverem incorretos, desatualizados ou incompletos (Art.º 6.º, LPDP).
- **Direito ao apagamento:** Pode solicitar o apagamento dos seus dados pessoais em determinadas circunstâncias, incluindo, entre outras, quando já não forem necessários para as finalidades para as quais foram recolhidos, quando tiver retirado o seu consentimento e não houver outro fundamento jurídica para o tratamento, ou quando os dados tiverem sido tratados ilegalmente (Art.º 7.º, LPDP).



- **Direito à oposição:** Pode opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais em certos casos, particularmente quando o tratamento se baseia no interesse legítimo da Convergint ou quando os dados foram obtidos de fontes acessíveis ao público (Art.º 8.º, LPDP).
- **Direito de se opor à tomada de decisões individuais automatizadas:** Pode opor-se a decisões baseadas exclusivamente no tratamento automatizado dos seus dados pessoais — incluindo a definição de perfis — que produzam efeitos jurídicos que lhe digam respeito ou que o afetem significativamente, salvo se se aplicar uma das exceções legais (Art.º 8.º-A, LPDP).
- **Direito à restrição do tratamento:** Pode solicitar a suspensão temporária do tratamento dos seus dados pessoais enquanto um pedido de retificação, apagamento ou objeção estiver pendente de resolução (Art.º 8.º-B, LPDP).
- **Direito à portabilidade dos dados:** Quando o tratamento é realizado por meios automatizados e se baseia no seu consentimento, pode solicitar receber os seus dados pessoais num formato eletrónico estruturado, comumente utilizado e legível por máquina, e solicitar que sejam transmitidos diretamente a outro responsável pelo tratamento de dados, quando tecnicamente viável (Art.º 9.º, LPDP).
- **Direito de retirar o consentimento:** Quando o tratamento se basear no seu consentimento, poderá retirá-lo a qualquer momento. A retirada do consentimento não afetará a legalidade do tratamento com base no consentimento antes da sua retirada (Art.º 12.º, LPDP).

Como exercer os seus direitos:

Para exercer qualquer um dos direitos descritos acima, envie um pedido por escrito para dataprotectionofficer@convergint.com. O seu pedido deve incluir: o seu nome completo, o direito específico que pretende exercer e informações que permitam a identificação dos dados pessoais ou do tratamento a que o seu pedido se refere. Quando aplicável, pode anexar documentação de apoio ao seu pedido. A Convergint confirmará a receção do seu pedido e fornecerá uma resposta por escrito dentro de 30 dias corridos após a data de receção de toda a documentação necessária. Este período pode ser prorrogado uma vez por até 30 dias corridos adicionais, quando necessário devido à complexidade ou ao volume dos pedidos. Nesse caso, será notificado em tempo útil.

Quando exigido por lei, a Convergint tomará medidas razoáveis para verificar a identidade do requerente antes de processar o pedido.

Direito a reclamar perante a autoridade:

Se considerar que o tratamento dos seus dados pessoais não está em conformidade com os regulamentos aplicáveis, tem o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade competente em matéria de proteção de dados pessoais no Chile. Uma vez em vigor, essa autoridade será a Agência de Proteção de Dados Pessoais (APDP). Durante o período de transição anterior a 1 de dezembro de 2026, as funções de supervisão serão exercidas de acordo com o quadro institucional atual.

Além disso, poderá apresentar uma reclamação judicial diretamente junto do Tribunal de Recurso competente, caso considere que um ato administrativo ou uma decisão final emitida pela APDP é ilegal.



COLÔMBIA

Se estiver localizado na Colômbia, os seus Dados Pessoais são tratados de acordo com a Lei 1581 de 2012 e os seus decretos regulamentares.

O responsável pelo tratamento dos dados é a CONVERGINT COLOMBIA SERVICIOS DE INTEGRACIÓN S.A.S., com sede em Bogotá D.C., Colômbia.

Tem o direito a:

- Aceder aos seus Dados Pessoais
- Atualizar e retificar dados imprecisos
- Solicitar o apagamento quando aplicável
- Revogar a autorização quando legalmente permitido
- Apresentar reclamações perante a Superintendencia de Industria y Comercio (Superintendência de Indústria e Comércio)

Os pedidos podem ser enviados para: dataprotectionofficer@convergint.com

MÉXICO

Se é um Colaborador ou candidato a emprego no México, este anexo aplica-se ao seu caso. Em caso de inconsistência entre este Anexo e a Declaração principal, este Anexo prevalecerá. A Convergint trata os Dados Pessoais de acordo com a Ley Federal de Protección de Datos Personales en Posesión de los Particulares (Lei Federal de Proteção de Dados Pessoais em Posse de Particulares), os seus regulamentos e qualquer outra legislação mexicana aplicável de proteção de dados (a «Lei Mexicana de Proteção de Dados»).

Responsável pelo tratamento de dados

O responsável pelo tratamento dos dados é a entidade Convergint aplicável que o emprega ou recebe a sua candidatura no México (o «Responsável pelo Tratamento»).

Direitos ARCO

De acordo com a legislação mexicana, tem o direito de:

- Aceder aos seus Dados Pessoais e informações relativas ao seu tratamento;
- Retificar dados imprecisos ou incompletos;
- Cancelar os seus dados pessoais quando legalmente aplicável;
- Opor-se ao tratamento dos seus Dados Pessoais por motivos legítimos;
- Revogar o seu consentimento na medida do permitido pela legislação.



Para exercer esses direitos, entre em contacto através do e-mail: **dataprotectionofficer@convergint.com**

O seu pedido deve incluir o seu nome, comprovativo de identidade (ou representação legal), uma descrição clara dos dados em questão e um método de contacto para receber a nossa resposta. Os pedidos serão tratados dentro dos prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

Dados Pessoais Sensíveis

Quando necessário, o Controlador obterá consentimento expresso para o tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, conforme definido pela legislação mexicana.

Transferências

Os dados pessoais podem ser transferidos nacional ou internacionalmente, de acordo com a Declaração principal. Quando exigido pela legislação mexicana, o seu consentimento será obtido antes de tais transferências, a menos que se aplique uma exceção legal.

Reclamações

Se acredita que os seus direitos de proteção de dados foram violados, pode apresentar uma reclamação ao Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales (INAI) (Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais).

BRASIL

Se é um Colaborador ou candidato a emprego no Brasil, este Anexo aplica-se ao seu caso. Em caso de qualquer inconsistência entre este Anexo e a Declaração principal, este Anexo prevalecerá no que diz respeito ao tratamento de Dados Pessoais sujeitos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Brasil (Lei n.º 13.709/2018 ou «**LGPD**»).

O tratamento dos dados pessoais será realizado pela **Convergint Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda (CNPJ: 58.619.404/0001-48)**.

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre o tratamento de dados pessoais, entre em contacto com o Responsável pela Proteção de Dados («DPO») nomeado em <https://convergint.com.br/lqpd/>, através do e-mail privacidade-br@convergint.com.

FUNDAMENTO JURÍDICO

A Empresa trata os seus Dados Pessoais em estrita conformidade com as bases jurídicas estabelecidas na LGPD. Dependendo do contexto do tratamento, contamos com:

- Execução de um contrato ou procedimentos pré-contratuais: Para recrutamento, contratação, gestão de empregados, folha de pagamento e administração de benefícios.
- Cumprimento de obrigações estatutárias ou regulamentares: Especialmente no que diz respeito ao direito do trabalho, impostos, segurança social (incluindo, se aplicável, sistemas de registo como o eSocial) e segurança e saúde no trabalho (por exemplo, ASO/PCMSO).
- Exercício regular dos direitos: Para utilização em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.



- Interesses legítimos: Para fins de segurança, monitorização de ativos corporativos, governança interna e prevenção de fraudes, sujeito a avaliações de necessidade e proporcionalidade.
- Proteção da vida ou da segurança física: Quando relevante
- Consentimento: Quando legalmente exigido para atividades específicas, tais como determinadas utilizações de marketing ou rastreamento de geolocalização em dispositivos pessoais. Quando o consentimento for invocado, tem o direito de o retirar a qualquer momento, sujeito a limitações legais ou contratuais.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS E MENORES DE IDADE

- Dados Sensíveis: O tratamento de dados sensíveis (por exemplo, dados de saúde, dados biométricos, filiação sindical, origem racial/étnica, crença religiosa, opinião política ou orientação sexual) é limitado ao mínimo necessário para cumprir obrigações jurídicas ou regulamentares, quando necessário para prevenção de fraudes, investigações de conformidade ou mitigação de riscos, quando exigido para controlo de acesso e medidas de segurança (incluindo sistemas biométricos, quando aplicável); ou com base em consentimento específico e destacado, quando exigido pela legislação.
- Dados de menores: Ao tratar Dados Pessoais dos seus dependentes menores de idade (por exemplo, para seguro saúde ou benefícios familiares), esses dados devem ser fornecidos por um dos pais ou responsável legal, no melhor interesse do menor.

TRAGA O SEU PRÓPRIO DISPOSITIVO (BYOD)

Quando os Colaboradores utilizam dispositivos pessoais para finalidades profissionais ao abrigo do programa Bring Your Own Device («BYOD») da Empresa, os Dados Pessoais podem ser tratados para garantir a segurança da informação, a proteção de dados confidenciais, o controlo de acesso, o registo de tempo (quando aplicável) e a conformidade com as políticas internas. Esse tratamento:

- Limita-se ao estritamente necessário e proporcional à finalidade comercial pretendida;
- Não envolve acesso irrestrito a conteúdos pessoais não relacionados com atividades profissionais;
- Baseia-se num fundamento jurídico adequado nos termos da LGPD, como necessidade contratual, obrigação jurídica ou interesse legítimo, conforme aplicável;
- Pode ser formalizado em contratos de trabalho ou anexos contratuais relacionados, quando necessário;
- Está sujeito a salvaguardas técnicas e organizacionais destinadas a proteger a privacidade do Colaborador.

Quando sistemas biométricos, geolocalização ou ferramentas de gestão de dispositivos forem implementados em dispositivos pessoais, a sua utilização será restrita a contextos profissionais e em conformidade com os regulamentos brasileiros de proteção de dados e laborais.



TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS

Os Dados Pessoais podem ser transferidos para fora do Brasil, incluindo para outras entidades do grupo Convergint ou prestadores de serviços em nuvem. De acordo com a LGPD, as transferências internacionais só podem ocorrer quando:

- O país de destino oferece um nível adequado de proteção reconhecido pela ANPD; ou
- São implementadas salvaguardas adequadas, incluindo cláusulas contratuais padrão ou outros mecanismos aprovados pela ANPD; ou
- Outra base jurídica prevista na LGPD é aplicável.

A utilização de infraestrutura em nuvem alojada fora do Brasil constitui uma transferência internacional de dados nos termos da legislação brasileira. São implementadas salvaguardas técnicas, organizacionais e contratuais adequadas para proteger essas transferências.

DIREITOS

De acordo com a LGPD, tem o direito de:

- Confirmação da existência do tratamento;
- Acesso aos Dados Pessoais;
- Retificação de dados incompletos, imprecisos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou apagamento de dados desnecessários ou excessivos, ou dados tratados em desacordo com a LGPD.
- Portabilidade dos dados para outro prestador de serviços mediante pedido expresso, quando tecnicamente viável e conforme regulamentado pela ANPD;
- Apagamento dos dados tratados com base no consentimento (sujeito às obrigações estatutárias de retenção);
- Informações sobre entidades públicas e privadas com as quais o Responsável pelo Tratamento dos dados partilhou os seus Dados Pessoais.
- Informações sobre a possibilidade de recusar o consentimento e as consequências disso;
- Revogação do consentimento.
- Revisão das decisões automatizadas tomadas exclusivamente com base no tratamento automatizado de dados pessoais que afetam os seus interesses.

Os pedidos podem ser enviados para privacidade-br@convergint.com. Podemos exigir a verificação de identidade antes de satisfazer qualquer pedido, e certos pedidos podem ser



recusados quando a retenção de Dados Pessoais for exigida pela legislação aplicável, incluindo obrigações laborais, fiscais, de segurança social ou de prescrição legal.

Mediante pedido, também poderá obter informações sobre as finalidades específicas do tratamento, a forma e a duração do tratamento (sujeito a limitações de sigilo comercial) e a identificação e responsabilidades dos agentes de tratamento, conforme exigido pela LGPD.

Também tem o direito de apresentar uma reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

RETENÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais são retidos de acordo com os requisitos jurídicos e regulamentares brasileiros aplicáveis.

Os regulamentos fiscais e laborais brasileiros impõem períodos de retenção obrigatórios para determinados registos relacionados com o emprego, que podem prolongar-se por vários anos após o término do contrato de trabalho.

Quando a retenção for necessária para o cumprimento de obrigações estatutárias ou para o exercício regular de direitos, os pedidos de apagamento podem não ser satisfeitos imediatamente.

NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DADOS

De acordo com a LGPD, incidentes de segurança que possam resultar em riscos ou danos relevantes aos titulares dos dados devem ser comunicados à ANPD e, quando aplicável, às pessoas afetadas.

A Convergint mantém procedimentos para avaliar, gerir e notificar incidentes de segurança de acordo com a legislação brasileira.

ANEXO VI: Médio Oriente

Se estiver fora do Reino da Arábia Saudita, entre em contacto através do e-mail dataprotectionofficer@convergint.com para obter informações sobre os direitos de privacidade que podem estar disponíveis para si. Se for residente na Arábia Saudita, somos obrigados a fornecer-lhe detalhes sobre os fundamentos jurídicos para o tratamento dos seus Dados Pessoais e informá-lo sobre determinados direitos de privacidade.

Fundamento jurídico: Os fundamentos jurídicos em que nos baseamos quando recolhemos Dados Pessoais diretamente dos Colaboradores são os seguintes:

- a. com o seu consentimento
- b. para cumprir uma obrigação legal ou regulamentar; e
- c. nos termos de um contrato celebrado entre nós e os nossos Colaboradores.



Os fundamentos jurídicos nos quais nos baseamos quando não recolhemos Dados Pessoais diretamente dos nossos Colaboradores são os seguintes:

- a. quando os Dados Pessoais estiverem disponíveis publicamente ou forem recolhidos de uma fonte disponível publicamente;
- b. quando a não recolha ou o não tratamento dos Dados Pessoais possa prejudicar ou afetar os interesses vitais do Colaborador; e
- c. onde os Dados Pessoais do Colaborador são registados ou armazenados de forma a impossibilitar a sua identificação, direta ou indireta.

Independentemente de recolhermos Dados Pessoais dos Colaboradores ou de terceiros, também podemos tratá-los para nossos interesses legítimos. Esses interesses legítimos estão descritos na Política principal, acima.

Contamos com o consentimento dos Colaboradores apenas se e na medida em que um dos fundamentos jurídicos acima expostos não estiver disponível para uma atividade de tratamento específica.

Direitos de Privacidade: Se estiver fora do Reino da Arábia Saudita, entre em contacto através do e-mail dataprotectionofficer@convergint.com para obter informações sobre os direitos de privacidade que podem estar disponíveis para si.

Os Colaboradores na Arábia Saudita têm certos direitos ao abrigo da PDPL da Arábia Saudita. Esses direitos estão descritos abaixo. Tenha em atenção, no entanto, que estes não são direitos absolutos. Eles têm limites e alguns podem não estar disponíveis em relação a todos os Dados Pessoais tratados pela Empresa.

Informação – Tem o direito de receber informações sobre como utilizamos os seus dados e sobre os seus direitos. É por isso que lhe fornecemos as informações contidas nesta Política.

Acesso – Tem o direito de aceder e obter uma cópia dos seus Dados Pessoais (se os estivermos a tratar) e de determinadas outras informações (semelhantes às fornecidas nesta Política).

Destruição (apagamento) – Este direito permite-lhe solicitar o apagamento ou remoção dos seus Dados Pessoais quando não houver motivos convincentes para continuarmos a utilizá-los. Este não é um direito geral ao apagamento; existem exceções.

Retificação – Tem o direito de retificar os seus Dados Pessoais caso estejam incorretos ou incompletos.

Consentimento – Se tiver dado o seu consentimento para qualquer atividade de tratamento, tem o direito de retirar esse consentimento.

Oposição – Tem o direito de se opor a determinados tipos de tratamento, incluindo o tratamento para finalidades de marketing direto.

Para fazer este pedido ou apresentar uma objeção, envie um e-mail para dataprotectionofficer@convergint.com.



Geralmente, responderemos a todos os pedidos para exercer os direitos dos titulares dos dados no prazo de 30 dias após a receção de todas as informações necessárias. Nos casos em que não for possível responder ao seu pedido, ou se for necessário um prazo adicional para o fazer, informá-lo-emos por escrito. Se não formos capazes de responder integralmente ao seu pedido (se, por exemplo, os seus Dados Pessoais estiverem ligados aos de outra pessoa, tornando impossível separá-los sem divulgar os Dados Pessoais dessa pessoa), forneceremos uma explicação, na medida do permitido pela legislação aplicável.

Quando apropriado ou exigido legalmente, tomaremos medidas razoáveis para verificar a sua identidade antes de responder aos seus pedidos. As etapas de verificação podem variar dependendo da sensibilidade dos Dados Pessoais.